

A ANÁLISE INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA PARA A ATUAÇÃO NO CAMPO DO TRABALHO COOPERADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Rafael Gorni Felício¹
Silvio José Benelli²

Resumo: Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado que pretende problematizar criticamente o Trabalho Cooperado no Campo da Economia Solidária (EcoSol), partindo do referencial da Análise Institucional e de seus operadores fundamentais. Inicialmente, realizamos uma análise sobre como a EcoSol se constituiu institucionalmente no Brasil. Para tanto, pesquisamos e analisamos documentos em arquivos oficiais das políticas públicas e do movimento social desse campo.

Palavras-chave: Psicologia social; Análise institucional; Incubadora de cooperativas populares; Políticas públicas.

THE INSTITUTIONAL ANALYSIS AS A TOOL FOR ACTION IN THE FIELD OF COOPERATIVE WORK ON SOLIDARITY ECONOMY

Abstract: This work is a clipping of a Master's research which aims to discuss critically the Work Cooperated in the field of Solidarity Economy (EcoSol), starting from the benchmark of the Institutional Analysis and from their fundamental operators. Initially, we performed an analysis of how the EcoSol was built institutionally in Brazil. To this end, we researched and analyzed documents in official files of public policies and of the social movement of this field.

Keywords: Social psychology; Institutional analysis; Incubator of popular cooperatives; Public policies.

Apresentação

Partindo do referencial da Análise Institucional (AI), pretendemos realizar uma leitura sobre como a Economia Solidária (EcoSol) se constituiu institucionalmente no Brasil enquanto política pública. Para tanto, pesquisamos e analisamos documentos em arquivos oficiais da Secretaria Nacional de Economia

¹ Possui graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010) e graduação em Bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Mestrando em Psicologia e Sociedade na FCL - Unesp Assis Membro da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Assis. E-mail: gf_rafael@yahoo.com.br

² Professor assistente doutor junto ao Depto. de Psicologia Clínica e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FCL/Unesp, Assis, SP, linha de pesquisa Atenção Psicossocial e Políticas Públicas. Doutor em Psicologia Social pelo IP/USP, SP (2007), pós-doutorado pela FCL/Unesp, Assis, SP (2008-2010). Mestre em Psicologia e Sociedade pela FCL/Unesp, Assis, SP (2003). Graduado em Psicologia pela FCL/Unesp, Assis, SP (2001). Graduado em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras (1990). E-mail: sjbewelli@yahoo.com.br

Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), bem como o acervo da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp - Núcleo de Assis. Estamos utilizando como base teórica para este estudo, as ferramentas da AI apontadas por Baremblytt (1998). O Movimento Institucionalista concebe a sociedade como uma rede de instituições “[...] que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens” (BAREMBLYTT, 1998, p.29). Tendo como base esse princípio, pressupomos que a prática da EcoSol no Brasil, realizada por trabalhadores, apoiadores ou gestores públicos, se constitui como uma grande malha institucional que precisa ser explicitada. Entendendo a importância de mapear essas bases institucionais, procuramos descrever como elas se relacionam e implicam, utilizando como base a experiência de trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Núcleo de Assis, que desenvolve um trabalho articulado com diversas instituições, em seu papel de fomento da EcoSol em sua região, desde 2002. Este artigo poderá servir como orientador para interessados em conhecer quais seriam as possibilidades de articulação de suas práticas com esse campo: demais incubadoras, projetos de extensão universitária, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), estabelecimentos de Assistência Social, de Saúde Mental e secretarias municipais, dentre outras.

A Análise Institucional, bases conceituais e suas ferramentas operatórias

A AI ou Movimento Institucionalista é constituído por um conjunto de escolas diversas que possuem suas singularidades. Seu processo constitutivo ocorreu durante momentos de intensas transformações sociais, políticas e teóricas, vividas na Europa durante a segunda metade do século XX. Seu desenvolvimento enquanto prática acadêmica ocorreu a partir da década de 70, por meio de um grupo de pós-graduação da Universidade de Paris – VIII, cujos trabalhos foram coordenados por Georges Lapassade e René Lourau. Esta produção foi difundida durante os anos 80 espontaneamente para outros países europeus e também para a América Latina (MARTINS, 2002). Por isso, não podemos definir a AI como um conjunto teórico uniforme, pois ela sofreu modificações e adições teórico-metodológicas nos muitos lugares em que foi difundida. Porém, é possível elencar seus “ideais máximos”, como aponta Baremblytt (1998, p.07): “As diferentes escolas do Movimento Institucionalista se propõem a propiciar, apoiar e deflagrar nas comunidades, nos coletivos e conjuntos de pessoas processos de auto-análise e de autogestão”. São estes os princípios fundamentais para que uma equipe de trabalho, além de ter clareza quanto aos seus objetivos e atividades previstas, possa ter também consciência de como suas particularidades individuais se articulam com as ideologias, valores e os discursos oficiais da instituição na qual ela se insere (MARTINS, 2002). Esse autor aponta que Lourau traz uma leitura ampla, com base na dialética hegeliana, sobre como se dá essa articulação do universo institucional em três grandes planos: a universalidade diz respeito às ideologias e normas institucionais; a particularidade indica a relação dos indivíduos e grupos; a singularidade se refere à organização material. É nas duas últimas categorias que se localiza o campo em que podem ocorrer processos autogestionários e auto-analíticos. São tais processos que permitem, a um coletivo ou a uma equipe de trabalhadores, levantar aspectos de seu cotidiano de atuação que dizem respeito aos âmbitos da instituição, organização e estabelecimento. Vejamos como a AI explica tais conceitos.

O Movimento Institucionalista concebe a sociedade como uma rede de instituições [...] que se

interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens (BAREMBLITT, 1998, p.29).

As *instituições*, por sua vez, são composições lógicas, um conjunto de leis e de princípios que prescrevem ou proscvem comportamentos e valores, ou seja, propõem o que deve ser, o que não deve e o que é indiferente. As instituições são, portanto, entidades abstratas, não obstante façam dispositivos e produzam *organizações*, materialização das instituições sob a forma de um organismo, uma entidade, que assume uma configuração mais complexa ou mais simples.

São grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em efetividade, que concretizam as opções que as instituições distribuem, que as instituições enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivos, não teriam direção se não estivessem informadas como estão, pelas instituições (BAREMBLITT, 1998, p.30).

No caso da Economia Solidária, a *instituição* mais ampla poderia ser a instituição do “trabalho humano”, trabalho esse atualmente organizado hegemonicamente sob a forma do Modo Capitalista de Produção (MCP). Sua principal característica consiste na cisão entre pensar e fazer, na atual divisão social e técnica dos modos de produzir a vida social, marcada pelo conflito entre capital-trabalho. Uma *organização* importante dessa instituição seria o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com todos os *estabelecimentos* empresariais tradicionais existentes. A Economia Solidária (EcoSol) seria um outro tipo de *organização* de modalidades de trabalho, tendo, como ponto de partida, o trabalho cooperado. Seus *estabelecimentos institucionais*, por sua vez, são as estruturas propriamente físicas que, em conjunto, integram a organização da EcoSol: cooperativas e associações de trabalhadores, incubadoras universitárias, incubadoras municipais, ONGs, OSCIPs, etc. Os *equipamentos* são os dispositivos técnicos cuja finalidade consiste em facilitar a consecução dos objetivos específicos ou genéricos propostos pela instituição, pela organização e pelo estabelecimento. Os equipamentos podem ter realidade material, que se restringem a um estabelecimento ou o suplantam. Todo o aparato descrito acima só pode ter dinamismo por meio dos *agentes* e de suas práticas. Segundo Barembritt (1998), esses conceitos não podem ser confundidos, pois é por intermédio deles que os institucionalistas conseguem compartilhar uma nomenclatura que permite sua comunicação e operacionalização de práticas inspiradas na autogestão e na auto-análise.

Além disso, uma das maiores evidências da vitalidade de uma instituição é sua capacidade de manter um movimento dinâmico de transformação cuja força ou capacidade de instituir modificações inovadoras numa instituição, na direção da transformação social, é chamada de *instituinte*. O instituinte é caracterizado como um processo, um movimento e, em contrapartida, os produtos resultantes das instituições são chamados *instituídos*. “O instituído é o efeito da atividade instituinte” (BAREMBLITT, 1998, p.32). Ambos constituem o movimento histórico da sociedade, sendo o instituído o parâmetro de permanência e o instituinte, o indicador do movimento de transformação constante da sociedade em direção a novos estados sociais. Não se trata de conceitos com características negativas ou positivas; contudo, não se nega que o *instituído* traz em si as características próprias do conservadorismo e de resistência a mudanças.

O Movimento Institucionalista trabalha também com os conceitos de *organizante* e *organizado* para caracterizar os movimentos ocorridos no interior das organizações. O *organizante* é voltado para a busca permanente de maior pertinência nas ações organizacionais; o *organizado* é a estrutura que solidifica as

organizações, mesmo que com uma tendência a se burocratizar e se esclerosar, correspondendo a um desejo humano de segurança procurado nas instituições.

É importante saber que para que a vida social, entendida como o processo em permanente transformação que deve tender ao aperfeiçoamento, que deve visar a maior felicidade, a maior realização, a maior saúde, a maior criatividade de todos os membros, essa vida só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações, quando nessas instituições e organizações a relação e a dialética existentes entre o *instituinte* e o *instituído*, entre o *organizante* e o *organizado* se mantêm permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas (BAREMBLITT, 1998, p. 33, grifo do autor).

Barembritt (1998) afirma que a sociedade se polariza entre duas características: as utopias sociais e as características históricas que as comprometem – a exploração, a dominação e a mistificação. As utopias sociais são construções que visam satisfazer a vontade coletiva, o aperfeiçoamento da vida social e a realização de um ideal social. Esses ideais, sempre históricos, são desvirtuados ou comprometidos por uma deformação que se desdobra em três ações: a *exploração* de uns sobre outros (expropriação da potência e do resultado produtivo de uns por parte dos outros), a *dominação* (imposição da vontade de uns sobre os outros e não respeito à vontade coletiva) e a *mistificação* (administração arbitrária ou deformada do que se considera saber e verdade histórica, que é substituída por diversas formas de mentira, engano, ilusão, sonegação de informação, etc) (BAREMBLITT, 1998).

Para as utopias sociais, o funcionamento institucional visa sempre à produção, à criação e à fundação. Contudo, quando favorecem grupos dominantes, que perpetuam a exploração, a dominação e a mistificação, compreende-se que as instituições, as organizações e os estabelecimentos têm uma função reprodutiva, uma função disfuncional, no sentido das transformações necessárias à realização da utopia social. Dois indicadores são concebidos pelo institucionalismo para compreender essa organização social: *atravessamento* e *transversalidade*. O conceito de *atravessamento* considera as diversas dimensões sociais voltadas para a reprodução da sociedade (instituído, organizado) e para a resistência à transformação pressuposta pela utopia social e por seus princípios, os quais se interpenetram para fundar conceitos, procedimentos e valores novos e criativos. O conceito de *transversalidade*, ao contrário, considera as diversas dimensões (instituintes, organizantes) que se manifestam na sociedade, voltadas para a transformação social e para a ruptura com a dominação, com a exploração e com a mistificação. Apesar dessa distinção, não se pode pensar que esses conceitos caracterizam uma ou outra instituição, uma organização ou um equipamento; eles estão presentes em todas elas simultaneamente.

A Economia Solidária: o movimento, a política pública e suas questões sócio-econômicas

O tema da geração de trabalho e de renda está presente em diversas políticas públicas voltadas para os pobres, tais como as da Assistência Social (BRASIL, 2004, 2005, 2006a, 2006b, 2009; BENELLI, 2012a) e a de Saúde Mental (ALCÂNTARA, 2007; ANDRADE, 2010), com sentidos e finalidades diversas. Na atualidade, uma das alternativas propostas quanto às modalidades de se promover trabalho e renda para os membros das classes populares excluídas da produção e do consumo se denomina Economia Solidária (EcoSol) (SINGER, 2002). Num movimento oposto ao capitalista, propõe a autogestão, a cooperação, a autonomia e a solidariedade como eixos fundamentais da produção; valores estes que são

visíveis dentro de cooperativas e/ou associações populares, tendo como prioridade gerar trabalho e renda. É a partir dessa noção que os movimentos sociais e intelectuais vêm desenvolvendo o conceito de Cooperativismo Popular.

A partir de dados disponíveis em páginas eletrônicas do Ministério Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), vamos relatar brevemente a emergência histórica da EcoSol. O I Fórum Social Mundial, realizado em 2001 em Porto Alegre – RS, é tido como um grande marco para a articulação da EcoSol. Estiveram presentes 16 mil pessoas originárias de 117 países, as quais participaram de debates e reflexões, com destaque para a oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que contou com a participação de 1.500 pessoas que debateram sobre auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda. A partir desse momento começou a articulação entre redes nacionais e internacionais por meio do Grupo de trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro) que foi composto por redes e organizações de diversos segmentos populares de práticas associativas como: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. Participaram do GT – Brasileiro 12 entidades e redes nacionais: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. O GT, constituído principalmente por entidades de assessoria/fomento e por um segmento de gestores públicos, teve como princípio primar pela construção de uma unidade e identidade do campo da Economia Solidária. Além disso, o grupo constituiu um fórum nacional que por meio de plenárias nacionais iria dar continuidade às propostas desse novo campo. Uma questão central levantada foi a necessidade da existência de uma política pública nacional de EcoSol que contribuísse para o processo de desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) e demais empresas de autogestão existentes no país. A partir dessa demanda o GT – Brasileiro elaborou uma carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, discutida e aprovada na I Plenária Nacional de EcoSol, em dezembro de 2002. O Evento contou com a participação de representantes de trabalhadoras/es de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria/fomento e gestores de políticas públicas. Seu conteúdo estabelecia as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O documento foi então encaminhado pela plenária ao então Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A II Plenária ocorreu concomitantemente com o Fórum Social Mundial em Janeiro de 2003, foi aberta pelo GT – Brasileiro e presidida pelo Professor Paul Singer. Foi definida no Evento a agenda de mobilização, de debates e de sensibilização pelas regiões do país e o GT- Brasileiro o responsável pela articulação e mobilização dessas ações. Ainda no mesmo ano, no mês de junho, ocorreu a III Plenária Nacional, na qual foi estabelecida a definição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e iniciado o processo de sua articulação com a SENAES, criada pelo Governo Federal como uma Secretaria Especial do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Consideramos que foi a partir desse processo que tem se estruturado a EcoSol no Brasil nos últimos 10 anos. Já ocorreram 05 (cinco) plenárias nacionais, sendo que a última foi realizada em 2012, na cidade de Luziânia-GO. As plenárias nacionais têm representações locais e estaduais representadas por delegados escolhidos durante o ano nas plenárias de cada localidade e Estado. O FBES caracteriza três seguimentos que participam das articulações de EcoSol no Brasil. Os (EESs) são organizações coletivas suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos etc. Inclui ainda as entidades de assessoria e/ou fomento, que são organizações as quais desenvolvem ações diversas de apoio direto aos EESs, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa; por fim, os gestores públicos, que são os responsáveis diretos pela elaboração, coordenação, execução e implementação das políticas públicas de EcoSol. Os movimentos sociais não são considerados um segmento diferenciado, mas sim aliados na construção de lutas comuns a partir das pautas específicas que cada movimento traz consigo. Os EESs, por sua vez, consolidaram-se no Brasil como uma real alternativa ao desemprego gerado pelo mercado capitalista. Em suas diferentes modalidades – de produção ou de serviços, cooperativas, associações e grupos informais que geram trabalho, renda e a apropriação gradativa dos meios de produção, encontram-se espalhados por todo território nacional, conforme dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), informados no Censo de 2007 (Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2008). Para fomentá-los, o Governo Federal lança periodicamente editais, por meio de seus ministérios, e, principalmente, pela SENAES.

Apesar de haver destinação de Recursos Federais aos EESs, o acesso, por chamadas públicas, é muito restritivo e requer conhecimentos técnicos específicos para a elaboração de projetos. As prefeituras, por vezes, exclusivas proponentes aos editais, não possuem equipes técnicas capacitadas para tal atividade, acarretando a elaboração de projetos sem a participação do público-alvo, podendo resultar, inclusive, na aquisição de equipamentos desnecessários e/ou inadequados àquela atividade ou realidade. Por isso, ainda é fundamental que ocorram a formação e a sensibilização de gestores públicos acerca do que se trata a EcoSol e sua importância social e econômica para um desenvolvimento local justo e efetivo. Diferentemente das empresas tradicionais, as quais dispõem de capital para contratar técnicos de diversas áreas (administrativa, contábil, jurídica etc.), os coletivos de trabalhadores têm apenas a própria força de trabalho como investimento inicial. É justamente nessa lacuna técnica que entra o trabalho das incubadoras de cooperativas populares, visando, por exemplo, realizar uma articulação política que permita a apropriação da classe trabalhadora sobre as políticas públicas, capacitá-los tecnicamente acerca da gestão do próprio empreendimento, acessando as linhas de financiamento já existentes de forma adequada às suas reais necessidades.

Todavia, por ser um movimento de vanguarda, as estratégias de trabalho tanto com os trabalhadores quanto com os gestores públicos são muito recentes. Por consequência disso, muitas novas formas de atuação são experimentadas e criadas pelos EESs, pelos movimentos sociais, pelas incubadoras de cooperativas populares e outros demais órgãos atuantes nesse campo. No Brasil, com as conquistas de direitos obtidas a partir das lutas do movimento operário, as condições e o padrão de vida dos trabalhadores assalariados melhoraram significativamente. Se antes os movimentos sociais eram disparados por um inconformismo com a situação de exploração da força de trabalho e pela afirmação de uma posição crítica que lutava por uma alternativa emancipatória ao assalariamento (DALLARI, 1984; GOHN, 2004), hoje os sindicatos trabalhistas defendem os direitos conquistados e a sua ampliação. Estas organizações são

o principal instrumento para a defesa dos interesses dos trabalhadores, que muitas vezes se resumem na garantia de emprego e na conservação do mesmo (SINGER, 2002). Segundo Duarte (2004, p.62):

O sentido pessoal é produzido pelas condições objetivas de vida do operário, que o levam a vender sua força de trabalho em troca de salário. Por essa razão, o sentido do trabalho do operário será para ele o mesmo, esteja ele trabalhando em uma fábrica de tecidos, ou em uma fábrica de armas ou em uma fábrica de remédios que salvam vidas, pois o sentido de seu trabalho é determinado pelo quanto ele recebe e não pelo que ele produz.

O sistema capitalista impera como sistema econômico e organizador da vida social no mundo ocidental há mais de dois séculos. Sua essência está embasada na lei de sobrevivência do mais apto sendo, portanto, incompatível com outras formas coletivas de organizar a vida social. Esse sistema cria valores e princípios que não se limitam à economia, mas produz uma lógica que se faz presente na cultura, nas relações sociais, no trabalho e principalmente na constituição de uma subjetividade regulada pela competição, pelo individualismo, pela alienação e pela passividade (DUARTE, 2004).

A idéia de sobrevivência “apenas” dos mais aptos (dos mais fortes, dos mais capazes) e da lei do “cada um por si” são promovidas nesse sistema como sendo a própria realidade competitiva e natural do mundo. A competição no capitalismo é um valor que, na teoria, avança a sociedade; mas, na prática, avança alguns (poucos) a partir da espoliação de outros (a maioria). Independentemente de pertencer a uma ou a outra classe social, operária, patronal ou liberal, o modo de produção capitalista incide sobre todos os indivíduos, produzindo subjetividades subsumidas por seus princípios e valores.

O modo capitalístico de produção da subjetividade intervém nos meios mais diversificados. Por isso, a questão que se coloca não é a de saber se você está num meio pequeno burguês ou num meio de professores. O que é preciso saber é como você se situa em relação às categorizações inconscientes da subjetividade [...] Essa categoria dos garantidos existe tanto na classe operária quanto no meio dos intelectuais, quanto no meio dos militares – enfim, por toda parte. Então a problemática que se coloca atualmente tem a ver com o fato de que, no campo dos não-garantidos, não encontramos apenas pessoas excluídas pelo campo social, mas também componentes portadores da contestação do conjunto dos processos de subjetivação. Componentes portadores do questionamento inclusive daquilo que se pode passar no nível das elites capitalísticas (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 189).

Portanto, os “não-garantidos” requerem espaços que possibilitem sua politização e conscientização, no sentido de ganharem conhecimento sobre o que lhes diz respeito, especialmente quando se deparam com a “oportunidade” de se organizarem em associações ou cooperativas na perspectiva da Economia Solidária, visando à geração de trabalho e renda, no horizonte da prática da autogestão. A participação direta na gestão do empreendimento (BORDENAVE, 1987), sem dúvida, levanta contradições nos processos de subjetivação capitalísticos. Esta participação efetiva e direta se contrapõe à alienação do trabalhador numa empresa tradicional que explora a força de trabalho, como é o caso de qualquer empresa capitalista.

O Trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp – Assis

Em paralelo a esse movimento, na Faculdade de Ciências e Letras – FCL Unesp Campus de Assis, era desenvolvido o “Núcleo de Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos

Populares”, Projeto de Extensão cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da UNESP, anualmente contemplado com bolsas e recursos financeiros, coordenado por docentes dos Departamentos de Psicologia Experimental e do Trabalho e de Psicologia Evolutiva Social e Escolar, do curso de graduação em Psicologia da FCL. Núcleo que, em 2006, em resposta ao edital do ano de 2005 do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), é formalmente constituído como Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp (Incop Unesp), com quatro Núcleos (Assis, Bauru, Presidente Prudente e Ourinhos) e sede em Assis. A Incop Unesp - Assis manteve o trabalho de assessoria a EESs de catadores de materiais recicláveis, passando a acompanhar outros grupos de catadores em outros municípios próximos a Assis. Posteriormente, em 2009, passa a acompanhar a Cooperativa de Agricultores Agroecológicos Boa Esperança (COOAABE), de João Ramalho – SP. A metodologia de incubação empregada pela Incop Unesp – Assis concebe que o trabalhador deve ser encarado como agente de sua própria realidade e produtor de seu conhecimento a partir de sua práxis, ao invés de incorporar métodos prontos vindos da academia, como aponta Vázquez (1977, p. 206): “A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isto tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação”. Os trabalhadores também precisam participar ativamente das políticas públicas que lhes dizem respeito. Pensando nesse sentido, parte importante do trabalho consiste em auxiliar os EESs em processos de articulação direta ou indireta com organizações públicas.

Concomitantemente às atividades de incubação, a Incop Unesp - Assis realiza capacitações em Economia Solidária para estudantes, técnicos e pesquisadores de seu próprio quadro e para gestores públicos interessados. Para a realização de tais trabalhos, conta com recursos da Pró-Reitoria de Extensão da Unesp (PROEX) e Convênios firmados com instituições públicas, como: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). São projetos e convênios que garantem a instalação e o funcionamento da equipe, viabilizando bolsas de extensão para graduandos e graduados de diversas áreas, assim como recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades junto aos grupos de trabalhadores organizados, ou que pretendem se organizar, em associações e cooperativas. A equipe conta também com a participação de docentes e estagiários do curso de Psicologia da FCL/Unesp – Assis.

Uma análise da rede institucional em que a Economia Solidária está imersa

Quando pensamos em autogestão (SINGER; SOUZA, 2003; VEIGA; FONSECA, 2002; BAREMBLITT, 1998; LOURAU; 1995; PEREIRA, 2001), não podemos vislumbrar apenas o caráter gestor de um EES, mas sim todo o contexto em que os sujeitos estão inseridos. Imersos em uma sociedade na qual predomina a heterogestão, se torna complexo adotar novas práticas, novas idéias e outros valores. Diante dos problemas cotidianos de um empreendimento cooperativo, o que se costuma observar inicialmente é um embate de egos, que disputam uma suposta “razão” individual que predomine e resolva a questão. A autogestão propõe outras práticas, a partir da concepção de que todos devem participar das decisões e se responsabilizar coletivamente pelas deliberações e suas consequências.

Nossos estudos indicam que o campo da EcoSol é constituído por uma malha de instituições, orga-

nizações e estabelecimentos complexos e heterogêneos. Para efeito de uma melhor análise, criamos três subdivisões para organizar esse conjunto: Políticas Públicas, Trabalho Cooperado (empreendimentos econômicos solidários) e Movimentos Sociais. A primeira, englobando o plano amplo das políticas públicas, inclui a esfera mais diretamente ligada à execução das políticas públicas, são instituições que possuem um processo de institucionalização mais antigo e burocratizado. São exemplos: os ministérios, os governos estaduais e municipais, as universidades, etc. Por tais características, é nesse conjunto institucional que o modo capitalístico de produção está mais cristalizado no instituído e no organizado. Seus estabelecimentos são os responsáveis legais na execução das políticas públicas. Nesse contexto, a instituição trabalho tem como instituído as diretrizes da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), e da atual condição do trabalhador enquanto “força de trabalho” que aplica uma ação que foi pensada e é dirigida por um terceiro, o Estado. Esta lógica acaba se expandindo e normatizando as metodologias de trabalho desses estabelecimentos.

O Trabalho Cooperado, concretizado pelos empreendimentos econômicos solidários, refere-se à base da EcoSol. Inclui as diversas modalidades de organização dos trabalhadores formais, cooperativas e associações, ou mesmo informais. São grupos que vivem o processo instituinte de maneira mais latente, buscando novas formas de se organizar, representar e sobreviver, coexistindo com o mercado capitalista. É um campo caracterizado pela criatividade, experimentação e construção de novas possibilidades.

Por fim, em terceiro lugar, existem as instâncias de organização social e política desse campo, que se referem ao processo de construção do Movimento Social da Economia Solidária. Ele possui organizações, fóruns, de níveis nacional, regionais (Estados) e locais (municípios). Tais espaços são constituídos pelas pessoas que estão e trabalham em estabelecimentos das duas primeiras subdivisões apresentadas. Esse atravessamento e transversalidade de princípios e valores institucionais, muitas vezes antagônicos, já têm demonstrado consequências importantes nos modos de atuação das organizações e estabelecimentos da Economia Solidária. Por um lado, há uma cultura institucional fundada pelo modo capitalista de produção que é baseada na heterogestão, na competição, no individualismo. Por outro, há o Modo Cooperado de Produção – que consiste num modelo heurístico que está no horizonte, alimentando a utopia necessária para essa empreitada desafiadora – de caráter instituinte, que vem produzindo infiltrações e ramificações de seus princípios no instituído, por meio da articulação entre movimentos de transformação social que, ao defenderem seus objetivos singulares, acabam contribuindo com demandas comuns a outros coletivos. Entretanto, nesse caso, a dinâmica (Instituído x Instituinte) ainda tem poucas possibilidades de via dupla.

Para ilustrar como seriam as relações nessa rede, descreveremos como elas ocorrem regionalmente, nos limites da atuação da Incop Unesp – Assis, bem como o modo como sua equipe tem feito a mediação desse processo. As organizações e estabelecimentos públicos que teriam que participar de políticas locais para a EcoSol, tais como governos municipais e suas secretarias, encontram-se ainda cristalizados na heterogestão piramidal e autoritária. Na relação cotidiana, percebemos claramente os discursos eivados de perspectivas predatórias, de exploração, dominação e mistificação naturalizadoras da questão da pobreza. Tomaremos como exemplo a relação dos técnicos e secretários dos municípios nos quais há processos de formação de grupo organizado de catadores de materiais recicláveis em andamento. Quando ocorre a implantação de coleta seletiva desse material, a partir da parceria entre a prefeitura e a associação/cooperativa de catadores, é fundamental que exista o apoio de infra-estrutura e, principalmente, um acompanhamento técnico para o início da organização do processo produtivo. Em cidades mais distantes de

Assis, a Incubadora costuma dividir mais intensamente com a prefeitura a função/tarefa de acompanhar o desenvolvimento dos EESs. É notório como os técnicos, da Assistência Social, do Meio Ambiente, do Planejamento, etc, acabam atravessando o processo autogestionário, ao difundir idéias hierárquicas no grupo de associados em constituição, a partir do discurso hegemônico da eficiência empresarial. Provocam, em alguns casos observados, a reprodução da relação de exploração, por parte das lideranças do empreendimento, sobre o restante do coletivo, no sentido de recriar uma empresa heterogestiva típica e tradicional. Isso não é de admirar, pois a lógica de funcionamento das prefeituras tende a ser vertical, burocrática e empresarial. Por isso, é preciso um constante trabalho de formação política dos EESs, para que seus espaços autogestionários e auto-analíticos sejam fortalecidos, de forma que o coletivo consiga identificar e agir sobre esses atravessamentos, evitando tais armadilhas.

Para fazer frente a isso, uma estratégia importante consiste em aproximar os grupos com menor experiência em processos autogestionários, de outros que já têm um caminho percorrido. Para isso, a Incop Unesp – Assis, além de acompanhar os EESs de catadores, assessora, desde 2003, as ações do Comitê de Catadores do Oeste Paulista. Esta organização articula em uma rede política as associações e cooperativas do Oeste do Estado de São Paulo em três pólos: Região de Presidente Epitácio, de Assis e de Ourinhos. O Comitê é articulado por uma secretaria, composta por representantes dos grupos de catadores participantes que se reúnem mensalmente para discutir as questões que envolvem a categoria nos âmbitos local, regional e nacional. Esse Comitê também organiza pelo menos três reuniões itinerantes anuais, com a presença das bases dos grupos da região. Geralmente, esses eventos ocorrem nas cidades em que os catadores estão enfrentando dificuldades com relação ao poder público local e, dependendo da infra-estrutura local e das possibilidades de transporte, costuma contar com a participação de 100 a 200 catadores.

O Comitê convida prefeitos, secretários e vereadores para participarem e ouvirem as propostas de trabalho dos catadores para o desenvolvimento regional e local da gestão de resíduos sólidos. Os discursos e práticas que veiculam a utopia social do trabalho cooperado, ao buscar instituir novas possibilidades de produzir as relações de trabalho e de constituir outras políticas públicas, buscam empoderar os catadores locais, além de pressionar e forçar os gestores públicos a adequarem suas práticas instituídas tradicionais. A atuação desses catadores em espaços de discussão sobre a realidade tende a potencializar e a legitimar sua práxis, construindo seu próprio processo histórico institucional e, além disso, facilita também a apropriação de novos saberes e o desenvolvimento de valores compatíveis com a luta que realizam.

Atualmente, o Comitê Oeste Paulista de Catadores é parceiro da Incop Unesp – Assis, ocupando papel estratégico no apoio da difusão da Economia Solidária e incubação de novos coletivos. As lideranças dos catadores acompanham visitas e capacitações aos EESs em conjunto com a Incubadora, contribuindo com o desenvolvimento político e técnico desses novos coletivos. Esse contexto tem proporcionado que membros da universidade e trabalhadores se apropriem das políticas públicas enquanto parte fundamental da atuação no trabalho. Além disso, junto com os catadores, a Incop Unesp – Assis tem participado ativamente de audiências públicas municipais, estaduais e nacionais sobre resíduos sólidos, promovendo um enfrentamento crítico com o instituído e procurando provocar fissuras no “modus operandi” do Estado.

Possibilidades de caminhos a percorrer

O exemplo da EcoSol enquanto uma utopia social instituinte, que procura cortar transversalmente

as políticas públicas instituídas, a partir da mobilização social, pode contribuir para que vários estabelecimentos tenham possibilidades de reedição de suas práticas institucionais. Por isso, a aproximação entre as equipes de estabelecimentos que executam políticas públicas (Assistência Social, Saúde, etc.), articulando-se com Projetos de Extensão das universidades e com os movimentos sociais (EcoSol e outros), possibilita abertura para a emergência de um novo paradigma na forma de se pensar as políticas públicas. Primeiramente, é preciso olhar para as particularidades e singularidades locais e regionais, procurando mapear com quais atores e organizações é possível contar. O processo auto-analítico dentro do Comitê Oeste Paulista de Catadores, articulado com a universidade por intermédio da Incop Unesp – Assis e com alguns gestores públicos, é um início para esse tipo de mobilização. Mas ainda está restrito ao setor da gestão de resíduos sólidos.

No âmbito institucional, considerando o processo que culminou na constituição da SENAES, a mobilização entre vários setores sociais, cobrando o desenvolvimento de políticas públicas, constitui uma estratégia potencial disparadora de um processo instituinte. Entretanto, a EcoSol ainda não é uma política de Estado e permanece suscetível às mudanças do posicionamento político do Governo Federal. Nos últimos anos, o Movimento de Economia Solidária, por intermédio do FBES e da Rede Cirandas, vem articulando uma campanha nacional de coleta de assinaturas para a apresentação popular de uma proposta de Lei da Economia Solidária. A proposta objetiva institucionalizar as práticas da EcoSol na União brasileira, para que o direito ao trabalho cooperado seja reconhecido e que as iniciativas de EESs e seus parceiros tenham linhas de fomento perenes.

A apropriação dos princípios e ferramentas da Análise Institucional que apresentamos, alicerçados na leitura dialética entre o universal, o particular e o singular, revela-se bastante pertinente para os profissionais, pesquisadores e extensionistas que pretendem contribuir com esse campo. Na práxis da EcoSol, é preciso atuar procurando promover e privilegiar espaços de autogestão e auto-análise. As políticas públicas de interesse social serão desenvolvidas efetivamente a partir do momento em que os sujeitos implicados diretamente com elas compreenderem suas dinâmicas institucionais, seus atravessamentos e processos históricos. Para isso, é preciso que o catador, sujeito histórico, também encontre o seu espaço enquanto parte de um movimento de transformação de paradigmas sociais e teóricos, como sujeito produtor dos saberes necessários na sua práxis.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Luciana Cristina. Economia solidária e oficinas de trabalho na saúde mental. In: MERHY, Emerson Elias.; AMARAL, Heloisa. (Orgs.) **Reforma Psiquiátrica no cotidiano II**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ANDRADE, Márcia Campos. O trabalho como interlocutor entre a saúde mental e a Economia Solidária no Brasil. In: **Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas**. Assis: Editora UNESP, 2010.

BAREMBLITT, *Gregorio* Franklin. (Org.). **Compêndio de análise institucional e outras correntes:**

teoria e prática. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1994.

BENELLI, Silvio. José. Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. In: DIONÍSIO, G. H.; BENELLI, S. J. (orgs). **Políticas públicas e clínica crítica.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a, p. 63-84.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília, 2004.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS,** 2006a.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o Programa Bolsa Família – PBF,** 2006b.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Brasília, 2013. Disponível em endereço eletrônico: < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria/>> Acesso em: 29 jan. 2013.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, Brasília,** 2013. Disponível em endereço eletrônico: < <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>> Acesso em: 10 out. 2013.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Nilton. **Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev.** Cadernos Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004.

FBES - **FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA,** 2013. Disponível em: < http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> Acesso em 10 out. 2013.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, 2004.

LOURAU, René. **A análise institucional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MARTINS, João. Batista. (Org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social.** São Carlos: Rima; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática.** Belo Horizonte: Vozes/PucMinas, 2001.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos.; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa docu-

mental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. São Leopoldo, n. 1, v. 1**, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf> Acesso em: 30 out. 2012.

REDE CIRANDAS. **Proposta de Lei Nacional de Economia Solidária**. Rede Cirandas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://cirandas.net/leidaecosol>> Acesso em: 11 out. 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul.; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

VEIGA, Sandra Mayrink.; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

